

GOVERNO

Mudança é autocrítica do governo, diz especialista

Para chefe de Políticas Sociais da FGV, Fome Zero não dá conta do combate à miséria

CONRADO CORSALETTE

A estrutura do Fome Zero não atende às necessidades de combate à miséria no País. O projeto de unificação dos programas sociais que surge agora, nove meses após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seria, portanto, uma espécie de autocrítica do governo. A avaliação é do professor Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas do Rio. "A unificação é louável, porque o que foi apresentado até agora não atende às condições mínimas que já estavam sendo atendidas pelo governo anterior", diz. "Acho que estão tentando corrigir o rumo."

Para Neri, Lula tentou mostrar algo novo na área social, com o Fome Zero, mas deixou de lado o combate sistematizado da pobreza – por meio da unificação dos programas. "O Fome Zero tem um aspecto novo, que é a mobilização de empresas e da sociedade civil, mas isso não substitui o outro lado, que é o combate à miséria." Segundo ele, já existia um processo de integração, mesmo que "em formação", no fim dos oito anos da gestão anterior, com o Projeto Alvorada, que foi "deixado de lado" por Lula.

Outro aspecto complicador do novo governo seria a sobreposição de funções, segundo Neri: "Com muitas secretarias na mesma área, uma pisa no pé da outra, há briga de vaidades e todo tipo de problema pode surgir, como o esvaziamento de algumas. No Orçamento já vemos o (ministério) do Fome Zero aparentemente esvaziado."

Ao decidir pela unificação dos programas, o governo terá agora como principal desafio, segundo Neri, a elaboração de um cadastro de famílias unindo dados da União, dos Estados e dos municípios. "O grande desafio é integrar as ações dos três níveis de governo com a sociedade. Para isso, são necessários critérios objetivos que ainda não estão claros." Outro fator importante seria a utilização do que chama de linha ofi-

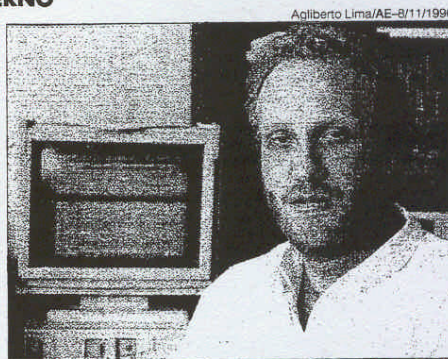
cial de miséria, com a definição de metas para a sua redução.

Atraso – Secretária de Assistência Social no governo Fernando Henrique, Wanda Engels afirma que o atual governo "atrasou nove meses" o processo de integração dos programas. Ela diz que o cadastro único estava bem adiantado em dezembro, quando deixou o

governo, mas que de lá para cá avançou pouco. "Havia a percepção de que o cadastro não prestava", diz a especialista, hoje no núcleo de combate à pobreza do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

INTEGRAÇÃO
ATRASOU 9
MESES, AFIRMA
EX-SECRETÁRIA

Wanda admite problemas no cadastro – os prefeitos apontavam as famílias beneficiadas pelos programas de transferência de renda –, mas en-



O professor Neri: "Acho que estão tentando corrigir o rumo"

fatiza que já existia o que chama de processo de integração. "Já tínhamos um cadastro com cerca de 7 milhões de famílias."

Na sua avaliação, o governo

Lula acerta ao tentar unificar os programas. Mas passa a enfrentar um novo problema, que é a tendência de centralização política. Existe, segundo Wan-

da, a possibilidade de só o governo federal "ficar com os louros" dos programas após a integração. "A gestão Fernando Henrique viveu a injustiça de ouvir que o governo não fazia nada, porque quando o benefício chegava à base, os municípios mudavam o nome do programa e os prefeitos ficavam com os louros."

Fiscalizador – O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, quer usar o Conselho de Segurança Alimentar (Consea), comandado por ele, como agente fiscalizador dos programas sociais do governo federal. Mas, por enquanto, apenas 52 cidades contam com um conselho local. "Vários prefeitos não querem o Consea e o Fome Zero, porque junto com eles chega a fiscalização", argumenta o líder sindical.